

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: ENUNCIADOS, SILENCIAMENTOS E CURRÍCULO EM UMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION DURING EMERGENCY REMOTE LEARNING: DISCOURSES, SILENCINGS, AND CURRICULUM IN A MUNICIPAL SCHOOL SYSTEM

Adriana de Medeiros Marcolano¹

Cleonara Maria Schwartz²

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i7.734>

Aceito em: 28.07.2026

Resumo: Este artigo analisa como a Educação Escolar Quilombola é discursivamente configurada em materiais pedagógicos produzidos durante o Ensino Remoto Emergencial por uma rede municipal de ensino do Espírito Santo, no contexto da pandemia da Covid-19. O estudo fundamenta-se na perspectiva enunciativo-discursiva de Bakhtin e do Círculo, em interlocução com os estudos sobre currículo, interculturalidade crítica e Educação Escolar Quilombola, compreendendo os documentos pedagógicos como enunciados historicamente situados, atravessados por relações dialógicas, valores e disputas em torno da legitimação dos conhecimentos escolares. Metodologicamente, desenvolve uma pesquisa qualitativa de natureza documental, tomando como corpus orientações institucionais, atividades pedagógicas, propostas de leitura e escrita e outros materiais produzidos para orientar o trabalho pedagógico durante o período pandêmico. A análise foi orientada pelas categorias enunciado e efeitos de silenciamento, buscando compreender as formas de produção de sentidos sobre a Educação Escolar Quilombola, as vozes legitimadas nos documentos e os processos de visibilização e invisibilização de saberes, sujeitos e territórios quilombolas. Os resultados evidenciam que, embora os materiais pedagógicos tenham sido produzidos para assegurar a continuidade das atividades escolares em um contexto de excepcionalidade, suas formas de organização curricular tendem a privilegiar perspectivas universalizantes, restringindo a interlocução com as especificidades históricas, culturais e epistemológicas das comunidades quilombolas. Conclui-se que os documentos analisados participam da produção discursiva do currículo, contribuindo tanto para a legitimação quanto para o silenciamento de determinados conhecimentos e experiências sociais. Ao articular Análise Dialógica do Discurso, currículo e Educação Escolar Quilombola, o estudo amplia o debate sobre justiça epistemológica, políticas curriculares e efetivação do direito à educação escolar diferenciada para povos quilombolas.

- 1 Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: adriana.medeiros@educador.edu.es.gov.br
- 2 Doutora em Educação, Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: cleonara.schwartz@gmail.com



Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola; Ensino Remoto Emergencial; Currículo; Análise Dialógica do Discurso; Silenciamento.

Abstract: This article analyzes how Quilombola School Education is discursively configured in pedagogical materials produced during Emergency Remote Teaching by a municipal school system in the state of Espírito Santo, Brazil, in the context of the COVID-19 pandemic. The study is grounded in the enunciative-discursive perspective of Bakhtin and the Bakhtin Circle, in dialogue with studies on curriculum, critical interculturality, and Quilombola School Education, conceiving pedagogical documents as historically situated utterances shaped by dialogical relations, values, and disputes over the legitimation of school knowledge. Methodologically, the research adopts a qualitative documentary approach, using as its corpus institutional guidelines, pedagogical activities, reading and writing proposals, and other materials produced to support educational practices during the pandemic. The analysis is guided by the categories of utterance and silencing effects, seeking to understand the production of meanings about Quilombola School Education, the voices legitimized in the documents, and the processes of rendering Quilombola knowledge, subjects, and territories visible or invisible. The findings indicate that, although these pedagogical materials were developed to ensure the continuity of schooling under exceptional educational circumstances, their curricular organization tends to privilege universalizing perspectives, limiting engagement with the historical, cultural, and epistemological specificities of Quilombola communities. The study concludes that the analyzed documents actively participate in the discursive construction of the curriculum, contributing both to the legitimation and the silencing of particular forms of knowledge and social experience. By articulating Dialogical Discourse Analysis, curriculum studies, and Quilombola School Education, this research contributes to ongoing debates on epistemic justice, curriculum policies, and the effective realization of the right to culturally responsive education for Quilombola peoples.

Keywords: Quilombola School Education; Emergency Remote Teaching; Curriculum; Dialogical Discourse Analysis; Silencing.

1 Introdução

A pandemia da Covid-19 provocou profundas alterações nos modos de organização da educação escolar em escala mundial, impondo aos sistemas de ensino a adoção de estratégias emergenciais para garantir a continuidade das atividades educativas. No Brasil, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi implementado como alternativa diante da suspensão das atividades presenciais, mobilizando diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos para assegurar, ainda que parcialmente, o vínculo entre escolas e estudantes. Entretanto, esse movimento revelou desigualdades históricas relacionadas às condições materiais de acesso, às diferenças territoriais e às formas de reconhecimento dos sujeitos escolares.

No contexto da Educação Escolar Quilombola, tais desafios assumem dimensões específicas. As comunidades quilombolas possuem modos próprios de organização social, relações particulares com o território, práticas culturais, memórias coletivas e formas de produção de

conhecimento que demandam políticas educacionais comprometidas com a diversidade e com o reconhecimento das especificidades desses grupos. Assim, pensar o Ensino Remoto Emergencial nesses territórios implica problematizar não apenas as condições de acesso às tecnologias e aos materiais pedagógicos, mas também os discursos que orientam a produção curricular em situações de excepcionalidade.

A Educação Escolar Quilombola, regulamentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, constitui uma modalidade educacional fundamentada no reconhecimento da identidade étnico-racial, dos saberes comunitários e da relação entre educação e território. Entretanto, apesar dos avanços normativos, permanecem desafios relacionados à efetivação de práticas curriculares que superem perspectivas universalizantes e reconheçam os conhecimentos produzidos pelas comunidades quilombolas.

Este estudo parte da seguinte questão: como os materiais pedagógicos produzidos durante o Ensino Remoto Emergencial configuram discursivamente a Educação Escolar Quilombola e que efeitos de silenciamento produzem na organização curricular?

A hipótese orientadora é que os materiais pedagógicos, enquanto produções discursivas situadas, revelam disputas entre diferentes concepções de currículo, podendo tanto favorecer processos de reconhecimento cultural quanto produzir efeitos de silenciamento de vozes, memórias e saberes quilombolas.

Para responder a essa questão, o estudo fundamenta-se na perspectiva enunciativo-discursiva do Círculo de Bakhtin, compreendendo os documentos como enunciados atravessados por valores e posicionamentos ideológicos. Mobilizam-se, como categorias analíticas, o enunciado e os efeitos de silenciamento, buscando compreender os modos de dizer, as vozes legitimadas e as ausências produzidas nos materiais analisados.

A relevância desta investigação consiste na necessidade de ampliar os estudos sobre Educação Escolar Quilombola em contextos de crise educacional, evidenciando que políticas e materiais pedagógicos não são apenas instrumentos técnicos, mas espaços de produção de sentidos sobre sujeitos

2 Educação escolar quilombola: território, memória e direito à diferença

A Educação Escolar Quilombola constitui um campo político-pedagógico marcado pela luta histórica dos povos quilombolas pelo reconhecimento de seus direitos, saberes e modos de existência. Mais do que uma modalidade administrativa da educação brasileira, ela expressa uma concepção de educação vinculada ao território, à ancestralidade, à memória coletiva e às práticas culturais construídas pelas comunidades.

A perspectiva defendida por Gomes (2017) evidencia que a educação das relações étnico-raciais exige o enfrentamento das formas históricas de invisibilização da população negra nos currículos escolares. Nesse movimento, a escola assume papel fundamental na construção de

processos educativos comprometidos com a valorização das identidades e com a superação de perspectivas eurocentradas de produção do conhecimento.

Para Munanga (2005), a educação brasileira ainda carrega marcas de processos históricos de exclusão e negação das contribuições africanas e afro-brasileiras na formação social do país. Nesse sentido, a inserção dos conhecimentos quilombolas no currículo não devem ser compreendida como inclusão de conteúdos complementares, mas como transformação das formas pelas quais o conhecimento escolar é legitimado.

A relação entre educação e território constitui elemento central para compreender a Educação Escolar Quilombola. O território não representa apenas um espaço físico, mas um lugar de produção de experiências, memórias e conhecimentos. Conforme Walsh (2009), uma perspectiva intercultural crítica implica reconhecer os conflitos históricos presentes nas relações entre diferentes formas de conhecimento, questionando estruturas que hierarquizam saberes e sujeitos.

Assim, analisar materiais pedagógicos destinados às comunidades quilombolas exige considerar que todo documento educacional produz determinadas imagens sobre quem aprende, quem ensina e quais conhecimentos são considerados relevantes.

3 Ensino remoto emergencial e desigualdades educacionais: tensões entre universalização e contexto territorial

A implementação do Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia da Covid-19 evidenciou desafios estruturais já presentes nos sistemas educacionais, especialmente aqueles relacionados às desigualdades sociais, econômicas e territoriais. Embora apresentado como estratégia para garantir a continuidade do processo educativo, o ensino remoto foi constituído em meio a condições heterogêneas de acesso, participação e apropriação das práticas pedagógicas.

Diferentemente da educação a distância planejada, que pressupõe organização metodológica, infraestrutura tecnológica e formação específica dos sujeitos envolvidos, o Ensino Remoto Emergencial caracterizou-se como uma resposta circunstancial diante da impossibilidade das atividades presenciais. Essa distinção é fundamental para compreender que a transposição de práticas escolares para outros meios não ocorreu de maneira uniforme, produzindo diferentes experiências conforme os contextos sociais e territoriais.

No caso das comunidades quilombolas, as dificuldades do período pandêmico ultrapassaram a dimensão tecnológica. A ausência ou limitação de conectividade, as condições de acesso aos equipamentos digitais e as próprias características territoriais interferiram diretamente na relação entre escola, estudantes e comunidade. Além disso, tornou-se necessário questionar se os materiais produzidos pelos sistemas educacionais consideraram os modos próprios de vida, os saberes comunitários e as especificidades culturais desses territórios.

Conforme discutem autores do campo crítico da educação, políticas curriculares e práticas pedagógicas não são neutras, pois expressam determinadas concepções sobre conhecimento, cultura e sujeitos. Nesse sentido, o Ensino Remoto Emergencial pode ser compreendido como um espaço de disputa curricular, no qual diferentes vozes e perspectivas buscaram ocupar lugar de legitimidade. Sendo assim, a análise dos materiais pedagógicos produzidos durante esse período permite compreender não apenas estratégias de continuidade escolar, mas também os discursos que orientaram a seleção dos conhecimentos, os modos de endereçamento aos estudantes e as possíveis ausências relacionadas às experiências quilombolas.

4 Perspectiva teórico-metodológica: documentos como enunciados e efeitos de silenciamento

A presente investigação fundamenta-se na perspectiva enunciativo-discursiva de Bakhtin e do Círculo, assumindo a linguagem como prática social, histórica e axiologicamente constituída. Sob esse enfoque, os documentos educacionais produzidos durante o Ensino Remoto Emergencial são compreendidos não como registros neutros das ações pedagógicas, mas como enunciados concretos que materializam posicionamentos, valores e projetos educativos inscritos em determinadas condições de produção. Conforme Bakhtin (2011, p. 261), “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos”, produzidos pelos participantes das diferentes esferas da atividade humana. Nessa perspectiva, os materiais pedagógicos analisados constituem práticas discursivas situadas, cuja organização revela modos específicos de compreender o currículo, os sujeitos escolares e os conhecimentos considerados legítimos.

Essa compreensão desloca a análise documental de uma perspectiva meramente descritiva para uma abordagem dialógica, na qual os documentos são concebidos como produções sociais que respondem a discursos anteriores, projetam interlocutores e antecipam posicionamentos. Todo enunciado, ao mesmo tempo em que se constitui como resposta, integra uma cadeia contínua de comunicação, na qual diferentes vozes sociais se encontram, se confrontam e disputam sentidos. Assim, os materiais produzidos pela rede municipal de ensino durante a pandemia são analisados como parte de um processo mais amplo de produção discursiva das políticas curriculares, evidenciando as escolhas axiológicas que orientam suas formas de organização e circulação.

Essa perspectiva dialoga com Volóchinov (2017, p. 98), para quem “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência”, uma vez que todo signo linguístico se constitui nas relações sociais e expressa disputas de natureza histórica, cultural e política. Os documentos pedagógicos, portanto, não apenas veiculam orientações didáticas, mas também produzem representações acerca dos sujeitos da educação, dos conhecimentos escolarizados e das formas de participação reconhecidas como legítimas no espaço curricular. Nessa direção, analisar tais documentos implica compreender como determinadas vozes são legitimadas, enquanto outras permanecem em posições periféricas ou são progressivamente invisibilizadas.

À luz desse referencial, a pesquisa organiza-se em torno de duas categorias analíticas articuladas: enunciado e efeitos de silenciamento. A primeira permite compreender os documentos como acontecimentos discursivos historicamente situados, considerando suas condições de produção, circulação e recepção. Interessa, nesse movimento analítico, identificar quem produz os materiais, quais interlocutores são projetados, quais valores orientam sua constituição e de que modo esses enunciados dialogam com as políticas públicas, as prescrições curriculares e os discursos que circulam sobre a Educação Escolar Quilombola.

A segunda categoria, efeitos de silenciamento, constitui uma elaboração analítica construída a partir da concepção dialógica da linguagem desenvolvida por Bakhtin e do Círculo. Embora o autor não utilize esse conceito de forma explícita, sua compreensão de que todo enunciado se constitui na relação com outras vozes permite problematizar não apenas aquilo que é enunciado, mas também os processos pelos quais determinados sujeitos, conhecimentos e experiências deixam de integrar, em condições de legitimidade, a arena discursiva do currículo. Sob essa perspectiva, o silenciamento não se reduz à ausência de conteúdos ou referências temáticas; ele se manifesta nas formas de seleção, hierarquização e valoração dos conhecimentos, nos modos de endereçamento dos enunciados e nas escolhas curriculares que delimitam quais experiências podem ser reconhecidas como constitutivas da escolarização.

No contexto da Educação Escolar Quilombola, essa categoria possibilita compreender que os processos de invisibilização não decorrem apenas da omissão explícita de referências às comunidades, mas da limitada interlocução estabelecida entre os materiais pedagógicos e os repertórios históricos, culturais, territoriais e epistemológicos produzidos pelos sujeitos quilombolas. Desse modo, os efeitos de silenciamento são compreendidos como fenômenos discursivos que participam da produção de hierarquias de saberes e da legitimação de determinadas racionalidades curriculares, evidenciando que as disputas em torno da linguagem são, simultaneamente, disputas em torno do reconhecimento, da memória, da identidade e do direito à produção de conhecimentos no espaço escolar.

A adoção dessas categorias analíticas permitiu examinar os materiais pedagógicos para além de seu conteúdo prescritivo, compreendendo-os como práticas discursivas que produzem sentidos sobre os sujeitos da educação e sobre os conhecimentos considerados legítimos no currículo. Assim, a Análise Dialógica do Discurso constitui, neste estudo, não apenas um referencial teórico, mas um princípio epistemológico e metodológico que possibilita interpretar as relações entre linguagem, currículo e poder, evidenciando como os documentos institucionais participam da construção de visibilidades e invisibilidades na Educação Escolar Quilombola.

5 Percorso metodológico

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental, orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Dialógica do Discurso, fundamentada em Bakhtin e no Círculo. Nessa perspectiva, os documentos pedagógicos não são concebidos

como meros registros administrativos ou instrumentos de organização escolar, mas como produções discursivas historicamente situadas, constituídas nas relações sociais e atravessadas por posicionamentos axiológicos que expressam determinadas concepções de currículo, de educação e de sujeito. Como afirma Bakhtin (2016, p. 251), “o objeto do discurso de um falante, seja qual for esse objeto, não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado”, indicando que toda produção discursiva se constitui em diálogo com dizeres anteriores e com as condições concretas de sua produção.

O corpus documental desta pesquisa é constituído por um conjunto de materiais pedagógicos produzidos por uma rede municipal de ensino do Espírito Santo durante o período do Ensino Remoto Emergencial. Integram esse conjunto orientações institucionais, atividades pedagógicas, propostas de leitura e escrita e demais documentos elaborados com a finalidade de orientar e mediar as práticas educativas no contexto da pandemia da Covid-19. A seleção do corpus considerou sua relevância para compreender os discursos produzidos acerca da Educação Escolar Quilombola e os modos pelos quais esses documentos participam da constituição das políticas curriculares em contexto de excepcionalidade.

A pesquisa documental fundamenta-se na compreensão de que os documentos educacionais constituem produções históricas e sociais capazes de revelar concepções pedagógicas, escolhas curriculares e processos de institucionalização de determinados discursos. Conforme Le Goff (1996), todo documento é também um monumento, produzido em circunstâncias específicas e atravessado pelas relações de poder de sua época. Em diálogo com essa perspectiva, a abordagem bakhtiniana permite compreender que os sentidos inscritos nos documentos não são fixos nem transparentes, mas resultam das múltiplas relações dialógicas que constituem a linguagem e a vida social.

O percurso analítico desenvolveu-se em três movimentos articulados. No primeiro, realizou-se a organização e leitura integral do corpus documental, identificando a natureza dos documentos, seus contextos de produção, seus interlocutores presumidos e as regularidades discursivas que atravessavam os materiais. Essa etapa permitiu reconhecer os gêneros discursivos mobilizados pela rede de ensino e suas finalidades na organização das práticas pedagógicas durante o período pandêmico.

No segundo movimento, procedeu-se à análise interpretativa dos documentos a partir das categorias enunciado e efeitos de silenciamento. Foram examinadas as formas de endereçamento aos estudantes, os posicionamentos valorativos presentes nos textos, as vozes sociais privilegiadas na constituição dos materiais e os modos pelos quais as referências às comunidades quilombolas eram incorporadas, ressignificadas ou invisibilizadas. Conforme Bakhtin (2016, p. 92), “as relações dialógicas são relações de sentido”, razão pela qual a análise voltou-se não apenas para o conteúdo explícito dos documentos, mas também para as relações estabelecidas entre diferentes discursos, valores e perspectivas presentes no corpus.

No terceiro movimento, os resultados foram articulados ao referencial da Educação Escolar Quilombola, aos estudos sobre currículo e às discussões acerca da interculturalidade crítica, buscando compreender de que maneira os materiais pedagógicos produziram determinadas representações sobre os sujeitos quilombolas e seus conhecimentos. Nessa etapa, a interpretação procurou evidenciar como os discursos institucionais participam da produção de visibilidades e invisibilidades curriculares, constituindo processos de legitimação ou silenciamento de saberes historicamente marginalizados.

Esse percurso metodológico permitiu compreender os materiais pedagógicos como práticas discursivas inseridas em uma rede de relações sociais e históricas, nas quais diferentes vozes, valores e projetos educativos se confrontam. Assim, a análise deslocou o olhar do conteúdo informativo dos documentos para os processos de produção de sentidos que os constituem, evidenciando como os enunciados institucionais participam da construção de determinadas formas de compreender os sujeitos, os territórios e os conhecimentos da Educação Escolar Quilombola.

6 Análise e discussão dos materiais pedagógicos

6.1 O documento pedagógico como enunciado institucional

A análise dos materiais pedagógicos produzidos durante o Ensino Remoto Emergencial evidencia que esses documentos podem ser compreendidos, na perspectiva enunciativo-discursiva de Bakhtin e do Círculo, como enunciados institucionais constituídos em condições históricas específicas. Longe de se configurarem como instrumentos neutros de orientação didático-pedagógica, esses materiais expressam posições axiológicas, disputas de sentidos e projetos de formação que atravessam a política curricular da rede de ensino. Como afirma Bakhtin (2016, p. 28), “cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva”, de modo que nenhum documento existe de forma isolada, mas sempre em diálogo com outros enunciados, produzidos em diferentes tempos e esferas de atividade humana. Os materiais analisados, portanto, respondem às políticas educacionais vigentes e, simultaneamente, projetam expectativas acerca dos sujeitos da educação e das formas consideradas legítimas de ensinar e aprender.

Os documentos revelam marcas da excepcionalidade provocada pela pandemia da Covid-19, período em que as redes de ensino reorganizaram tempos, espaços e práticas escolares para assegurar a continuidade das atividades educativas. Entretanto, sob a perspectiva bakhtiniana, tais materiais ultrapassam sua dimensão organizacional, pois todo enunciado é produzido para alguém e pressupõe uma resposta. Como assinala Bakhtin (2016, p. 25), “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo, é de natureza ativamente responsiva”. Isso significa que os documentos não apenas orientam práticas pedagógicas, mas também constroem modos de compreender os estudantes, seus territórios e seus processos de escolarização, produzindo efeitos de sentido sobre quem é reconhecido como sujeito do currículo.

A análise evidencia que grande parte das propostas pedagógicas foi organizada segundo uma lógica de universalização curricular, fundada na imagem de um estudante abstrato e homogêneo. Essa configuração discursiva tende a minimizar as especificidades históricas, culturais e territoriais das comunidades quilombolas, produzindo um currículo cuja pretensa universalidade obscurece a pluralidade de experiências que constitui a escola pública brasileira. Nessa direção, Bakhtin (2015, p. 40) afirma que “a linguagem é povoada pelas intenções dos outros”, indicando que todo discurso é atravessado por diferentes vozes sociais e valores ideológicos. Assim, a predominância de determinados discursos curriculares em detrimento de outros revela relações de poder que definem quais conhecimentos são legitimados e quais permanecem à margem da produção curricular.

Essa compreensão aproxima-se da formulação de Volóchinov (2017, p. 112), para quem “o signo ideológico é o terreno comum da luta de classes”. Embora produzidos para responder às demandas emergenciais impostas pela pandemia, os materiais pedagógicos também constituem espaços de disputa ideológica, nos quais diferentes concepções de conhecimento, cultura e educação se confrontam. Desse modo, os documentos analisados não apenas refletem a realidade educacional daquele contexto, mas participam ativamente de sua constituição.

Nesse cenário, os documentos institucionais configuram-se como arenas de disputa discursiva nas quais diferentes vozes sociais coexistem de forma assimétrica. Embora expressem o compromisso institucional de assegurar a continuidade do processo educativo, seus enunciados tendem a privilegiar discursos curriculares universalizantes, restringindo a interlocução com os saberes, as memórias, as territorialidades e as epistemologias das comunidades quilombolas.

Os efeitos de silenciamento identificados, portanto, não decorrem apenas da ausência explícita de conteúdos referentes à Educação Escolar Quilombola, mas da limitada abertura dialógica para que essas vozes participem da constituição do currículo. Como adverte Bakhtin (2018, p. 401), “não existe a primeira nem a última palavra”, pois todo enunciado permanece aberto ao diálogo e à produção de novos sentidos. Nessa perspectiva, reconhecer as vozes historicamente silenciadas significa ampliar a dialogicidade do currículo e fortalecer uma educação comprometida com a justiça epistemológica, a interculturalidade crítica e o direito à Educação Escolar Quilombola.

6.2 Efeitos de silenciamento e ausência dos repertórios quilombolas

A análise do corpus documental revelou que os efeitos de silenciamento não se configuram apenas pela ausência explícita de referências às comunidades quilombolas, mas, sobretudo, pelos modos como os discursos curriculares organizam, legitimam e hierarquizam determinados conhecimentos em detrimento de outros. Nessa perspectiva, o silenciamento constitui um efeito discursivo produzido pelas próprias formas de enunciação, que definem quais vozes são autorizadas a participar da construção do currículo e quais permanecem à margem da produção de sentidos.

Observou-se que a maior parte dos materiais pedagógicos privilegia conteúdos estruturados segundo uma lógica curricular universalizante, construída a partir de referenciais considerados comuns a todos os estudantes da rede de ensino. Embora essa organização responda à necessidade institucional de garantir certa uniformidade pedagógica durante o Ensino Remoto Emergencial, ela tende a produzir a imagem de um sujeito escolar abstrato, desvinculado das condições históricas, culturais e territoriais que constituem a experiência das comunidades quilombolas. Como assinala Bakhtin (2011, p. 312), “a escolha de todos os recursos linguísticos é feita pelo falante sob maior ou menor influência do destinatário e da sua resposta antecipada”. Desse modo, a forma como os documentos são organizados revela não apenas escolhas didáticas, mas também determinadas concepções acerca de quem é o interlocutor presumido desses enunciados.

Essa configuração discursiva evidencia que os repertórios culturais quilombolas ocupam um lugar periférico na constituição dos materiais analisados. As referências aos territórios, às memórias coletivas, às práticas comunitárias, às formas próprias de produção do conhecimento e às experiências históricas das comunidades aparecem de maneira pontual, sem assumir uma função estruturante na organização curricular. Em consequência, estabelece-se uma interlocução limitada com os sujeitos aos quais a política de Educação Escolar Quilombola busca assegurar uma educação diferenciada, comprometida com o reconhecimento de suas identidades e de seus processos históricos.

Sob a perspectiva dialógica, o silenciamento não corresponde apenas ao que deixa de ser enunciado, mas também aos modos pelos quais determinadas vozes deixam de participar da arena discursiva em condições de legitimidade. Conforme afirma Bakhtin (2015, p. 51), “em todo discurso há uma orientação para o discurso do outro”, indicando que os sentidos são produzidos nas relações entre diferentes vozes sociais. Quando os conhecimentos produzidos pelas comunidades quilombolas permanecem em posição secundária ou aparecem apenas como referências ocasionais, o currículo reduz suas possibilidades de diálogo com outras formas de compreender o mundo, restringindo a pluralidade de perspectivas que caracteriza uma educação intercultural.

Nessa direção, os efeitos de silenciamento identificados não devem ser compreendidos como resultado exclusivo da omissão de conteúdos específicos, mas como expressão de uma racionalidade curricular que privilegia determinados regimes de conhecimento e invisibiliza outros. Os documentos pedagógicos, enquanto enunciados institucionais, participam da produção dessas hierarquias ao atribuírem maior centralidade a discursos hegemônicos e menor visibilidade aos saberes construídos nos territórios quilombolas. Assim, o silenciamento constitui um processo discursivo que interfere na produção de sentidos sobre quem pode ocupar o lugar de produtor de conhecimento no currículo escolar, evidenciando que as disputas em torno da linguagem são, simultaneamente, disputas em torno do reconhecimento, da memória e do direito à diferença.

6.3 Entre universalização curricular e reconhecimento territorial

A análise dos materiais pedagógicos produzidos durante o Ensino Remoto Emergencial evidencia uma tensão permanente entre dois movimentos discursivos: de um lado, a tentativa institucional de garantir uma organização curricular comum; de outro, a necessidade de reconhecer as singularidades dos territórios quilombolas e dos sujeitos que deles fazem parte.

A perspectiva universalizante presente em determinadas propostas pedagógicas revela uma concepção curricular fundamentada na ideia de um estudante abstrato, desvinculado de suas condições históricas, culturais e territoriais. Embora a organização de orientações comuns possa responder a uma necessidade administrativa dos sistemas de ensino, sua adoção sem articulação com os contextos locais pode produzir processos de apagamento das experiências comunitárias.

Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola demanda uma compreensão ampliada de currículo, na qual os conhecimentos produzidos pelas comunidades sejam reconhecidos como constitutivos do processo educativo. Conforme discutem Gomes (2017) e Walsh (2009), uma perspectiva intercultural crítica pressupõe questionar as hierarquias de saberes historicamente estabelecidas e construir espaços nos quais diferentes formas de conhecimento possam dialogar.

Os materiais analisados revelam que a presença da temática quilombola, quando ocorre, nem sempre significa efetivo reconhecimento epistemológico. A simples inserção de referências pontuais à cultura negra ou à diversidade não garante uma abordagem comprometida com a perspectiva quilombola, pois essa exige considerar território, memória, ancestralidade e modos próprios de produção de conhecimento.

Assim, os resultados indicam que o desafio não está apenas em incluir conteúdos relacionados às comunidades quilombolas, mas em transformar os modos pelos quais o currículo é concebido e organizado. A questão central envolve reconhecer os estudantes quilombolas como sujeitos produtores de conhecimento, e não apenas como destinatários de conteúdos previamente definidos.

Durante o período pandêmico, essa problemática tornou-se ainda mais evidente, uma vez que os materiais impressos e digitais assumiram papel central na mediação pedagógica. A ausência de espaços presenciais de diálogo ampliou a importância desses documentos como instrumentos de construção de sentidos sobre escola, território e pertencimento.

Dessa forma, compreender os materiais pedagógicos como enunciados possibilita perceber que suas escolhas discursivas participam da constituição das experiências escolares. Entre o que é dito, valorizado e silenciado, estabelecem-se disputas sobre quais conhecimentos ocuparão lugar de legitimidade no currículo.

7 Considerações finais

Este estudo analisou os sentidos produzidos acerca da Educação Escolar Quilombola em materiais pedagógicos elaborados durante o Ensino Remoto Emergencial por uma rede municipal de ensino do Espírito Santo, tomando como referência a perspectiva enunciativo-discursiva de

Bakhtin e do Círculo. Ao compreender os documentos pedagógicos como enunciados concretos, produzidos em determinadas condições históricas, sociais e ideológicas, a pesquisa deslocou o foco da análise do plano estritamente documental para os processos de produção de sentidos que atravessam o currículo escolar e participam da constituição das relações entre conhecimento, cultura e poder.

Os resultados evidenciaram que os materiais produzidos no contexto da pandemia responderam às demandas impostas pela emergência sanitária e pela necessidade de garantir a continuidade das atividades escolares. Entretanto, ao mesmo tempo em que constituíram importantes instrumentos de mediação pedagógica, esses documentos também materializaram determinadas concepções curriculares, produzindo efeitos de visibilidade e invisibilidade sobre os sujeitos e os conhecimentos da Educação Escolar Quilombola. A análise permitiu identificar que o silenciamento não se manifesta apenas pela ausência de conteúdos específicos, mas pela organização discursiva do currículo, que tende a privilegiar conhecimentos universalizados em detrimento das experiências históricas, culturais e territoriais das comunidades quilombolas.

A mobilização das categorias enunciado e efeitos de silenciamento mostrou-se fecunda para compreender que os materiais pedagógicos não apenas refletem políticas educacionais, mas participam ativamente da produção de sentidos sobre quem pode ocupar o lugar de sujeito do conhecimento no espaço escolar. Sob a perspectiva bakhtiniana, os documentos analisados constituem arenas nas quais diferentes vozes sociais disputam legitimidade, revelando que as escolhas curriculares são sempre permeadas por posicionamentos axiológicos e por relações de poder. Desse modo, a pesquisa reafirma que o currículo não pode ser compreendido como um conjunto neutro de conteúdos, mas como um campo de produção discursiva em que se definem formas de reconhecimento, pertencimento e participação.

Ao evidenciar os limites da interlocução estabelecida entre os materiais pedagógicos e os repertórios culturais quilombolas, o estudo amplia o debate sobre a efetivação da Educação Escolar Quilombola para além do cumprimento formal das políticas públicas. Reconhecer os territórios quilombolas como espaços de produção de conhecimentos implica deslocar perspectivas curriculares centradas na homogeneização dos sujeitos e construir práticas pedagógicas efetivamente dialógicas, nas quais os saberes comunitários sejam reconhecidos como constitutivos da formação escolar e não como elementos periféricos ou complementares.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o fortalecimento da Análise Dialógica do Discurso como possibilidade de investigação dos documentos curriculares, demonstrando a potência das categorias bakhtinianas para compreender os processos de produção de sentidos, as disputas discursivas e os mecanismos de silenciamento presentes nas políticas educacionais. Metodologicamente, evidencia a relevância da análise documental como caminho para apreender os movimentos de legitimação e invisibilização que atravessam os discursos institucionais, especialmente em contextos de excepcionalidade, como o Ensino Remoto Emergencial.

Por fim, considera-se que a garantia do direito à Educação Escolar Quilombola demanda mais do que a inserção pontual de conteúdos relacionados à história e à cultura quilombola. Requer a construção de políticas curriculares comprometidas com a dialogicidade, o reconhecimento da pluralidade epistemológica e a participação efetiva das comunidades na produção dos conhecimentos escolares. Nessa direção, espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre currículo, justiça epistemológica e interculturalidade crítica, ao mesmo tempo em que estimule novas pesquisas sobre os discursos produzidos nas políticas educacionais e seus efeitos na consolidação de uma educação pública socialmente referenciada, democrática e comprometida com a diversidade dos sujeitos e de seus territórios.⁶ Este estudo amplia as possibilidades de utilização da Análise Dialógica do Discurso na investigação de políticas curriculares voltadas à Educação Escolar Quilombola.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: MEC, 2012. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 28 jul. 2026.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira*.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.
- VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- WALSH, Catherine. *Interculturalidad crítica y educación intercultural*. In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. Construyendo interculturalidad crítica. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010.